



UMA REFLEXÃO DO PAPEL DO EDUCADOR NA INCLUSÃO SOCIAL DA MARGINALIDADE ESCOLAR

A REFLECTION ON THE ROLE OF THE EDUCATOR IN THE SOCIAL INCLUSION OF SCHOOL MARGINALITY

DOI: 10.5281/zenodo.8412315

Jefferson Florencio Rozendo¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo interpretar os dados ou tentar explica-lo, envolvendo as teorias da educação que tem se posicionado diante de tal situação. De forma que seja possível afirmar que a marginalidade educacional e as teorias da educação podem ser divididas em dois grupos. O primeiro entende que a educação serve para ajustar, adaptar e equilibrar o sujeito moldando seus comportamentos e pensamentos, fazendo com que este supere a marginalidade. O segundo grupo contém teorias onde a escola tem o papel de curar a sociedade e suas mazelas, entendendo que o cidadão já nasce marginalizado e que este só pode se integrar a uma sociedade a partir do momento que ele aprende as relações de cultura dessa sociedade.

Palavras-chaves: alfabetização, educação, marginalização sociedade.

ABSTRACT: This article aims to interpret the data or try to explain it, involving the educational theories that have positioned themselves in the face of such a situation. So that it is possible to state that educational marginality and educational theories can be divided into two groups. The first understands that education serves to adjust, adapt and balance the subject, shaping their behaviors and thoughts, making them overcome marginality. The second group contains theories where the school has the role of healing society and its ills, understanding that citizens are born marginalized and that they can only integrate into a society once they learn the cultural relations of that society.

Keywords: literacy, education, marginalization society.

1 Doutorando em Educação, Facultad Interamericana De Ciencias Sociales.



INTRODUÇÃO

Para SAVIANI (2012), a sociedade está marcada por divisões de grupos, um deles está fortemente ligado à base da força, onde se produzem condições para a vivência da vida material. Ligada a este quadro a marginalidade é entendida como inerente a estrutura própria da sociedade. Até porque os grupos ou classes que detêm a maior força se tornam dominante apropriando-se dos resultados da produção social e a consequência disso é subtrair dos demais as condições necessárias de sobrevivência tornando este segundo grupo marginalizado. A educação precisa ser entendida segundo o olhar de Líbano (2011), como dependente do arcabouço social, responsável este diretamente por gerar a marginalidade, cumprindo a função de reforçar o domínio dos menos favorecidos e legitimar a marginalização. A educação deve e precisa ser um instrumento de superação, já que a marginalidade social advém da marginalidade cultural, discorrendo em relação SAVIANI:

O papel da escola é fundamental para combater a prática de marginalização que está impregnada em nossa sociedade. Algumas teorias educacionais procuram entender a marginalização em perspectivas distintas como aponta Saviani: “podemos dizer no que diz respeito a questão da marginalidade, as teorias educacionais podem ser classificadas em dois grupos. No primeiro aquelas que entendem a educação como um equalizador social. No segundo, as teorias que entendem ser a educação um ato de discriminação social”. (SAVIANI, 2012, p.3).

OBJETIVO

O objetivo central deste artigo é trazer uma reflexão sobre as práticas educacionais e o planejamento do educador referente ao seu papel e do Estado, em relação às práticas educacionais que envolvem o tripé, Estado, Educador e o agente social que necessariamente precisa de ambos para que possa se erguer na conjuntura social e definitivamente abandonar a marginalidade transpondo uma mudança de classe social. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, baseada em materiais publicados anteriormente em plataformas acadêmicas (GUERRA, 2023).



DESENVOLVIMENTO

A AUTONOMIA DO EDUCADOR FRENTE A MARGINALIDADE SOCIAL

Quando falamos em autonomia, já vem em nossa cabeça, temos total independência em relação as nossas ações e tomada de decisões, neste caso específico não funciona desta forma, pois o educador estar subordinado a uma série de normas que o incapacita a esta realidade de autonomia.

Sabemos que a autonomia é a capacidade de uma pessoa ou de uma comunidade para tomada de decisões que as afetam e a construção de suas próprias regras refletindo sobre as possíveis de suas ações. A experiência da democracia leva o indivíduo a ser autônomo. O indivíduo alcançar a sua autonomia se pouco a pouco tiver a oportunidade de estar inserido em uma verdadeira democracia, participando efetivamente das decisões que afetam sua vida pessoal e em sociedade.

A capacidade de ser autônomo e posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar de forma cooperativa de projetos coletivos, com discernimento, e organizando suas funções de metas eleitas, governar-se, participar das gestões de ação coletivas, estabelecendo os critérios e elegendo princípios éticos, etc. A autonomia fala de uma relação emancipada e integra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais e sociopolíticos. (PCN,1997, p. 97).

O desenvolvimento da autonomia está apenas nos discursos enquanto práticas pedagógicas continuam das mesma forma. A autonomia dos estudantes será possível quando os educadores tiverem o de vivenciar o cotidiano em sua prática escolar.

A autonomia da pessoa, que pressupõe o pleno desenvolvimento da personalidade humana, e a reciprocidade, que legitima esse respeito pelos direitos e pela liberdade de



outrem, poderão se desenvolver em uma atmosfera de autoridade de muita opressão intelectual e moral (Piaget 1978, p. 73).

A autonomia é a capacidade de o sujeito em compreender as contradições de seu pensamento e comparar suas ideias as de outras pessoas, estabelecendo critérios de justiça e igualdade que, o levarão a se opor a ao abuso de autoridade e as tradições e contradições da sociedade para decidir entre o errado e o certo. A criança precisa conviver em um “ambiente cooperativo”, e democrático, que solicite trocas sociais saudáveis, que sejam respeitadas pelo adulto e que participa ativamente dos processos de tomada de decisões. É necessário um ambiente cooperativo, sem pressões do adulto ou reduzi-la o máximo possível, e encontrar no ambiente as condições que levam a cooperação e o respeito mútuo, as atividades em grupo, a ausência de sanções e punições e de recompensas e onde as crianças tenham a oportunidade constante de fazer suas escolhas, tomando decisões e expressar-se livremente.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e infelizmente pela evasão de uma parte significativa dos seus estudantes, que são marginalizados pela sociedade e insucesso, por constantes privações pela baixa auto-estima, resultante da exclusão escolar e da social, os alunos que são muitas vezes vítimas de seus pais, professores ou, das condições de pobreza em que vivem.

Soluções sugeridas para mudar esse quadro parecem direcionar as mesmas medidas ou as recriam, o fracasso muitas vezes continua sendo do aluno, pois a escola reluta em admitir que ele é seu.

Estes são conhecidos das escolas, pois repetem de series várias vezes, são evadem, são expulsos e ainda são rotulados como mal nascidos

Uma escola inclusiva é uma escola que preparada para receber e cumprir seu papel de oferecer um ensino de qualidade a todos, que contemple todos os estudantes, onde o aluno tenha o direito de frequentá-la dentro de suas capacidades, progredindo de forma moral, cultural e socialmente (DE JESUS, 2023).



A ESCOLA E AS TEORIAS CRÍTICAS FRENTE A MARGINALIDADE ESCOLAR.

Partimos do pressuposto da autonomia democrática que reconhece o direito de escolha como um caminho de vida próprio, a ser respeitado por essas escolhas de modo de viver sendo este satisfatório, de acordo com aptidões, valores e desejos a consolidação do direito de ser diferente, o que chamamos de diversidade cultural.

A conquista dessa autonomia pelo indivíduo precisa capacitá-lo para a tomada de decisões, construindo regras, refletindo sobre suas consequências e suas ações visando a possibilidade de assumir responsabilidades. Refletir sobre esse conceito de é realmente o que os indivíduos estão preparados. O que é viver uma verdadeira democracia? Ao pensar na democracia que vivemos hoje no Brasil percebe-se que ainda não fomos preparados para escolher os governantes, pois nossas políticas públicas não buscam a melhoria da sociedade, mas consolidam uma sociedade elitista. Entende-se que os brasileiros não conseguiram adquirir a autonomia democrática, porque possuem o direito de escolher seus governantes, mas não percebem a consequência de seus atos.

De acordo com as teorias pedagógicas abaixo explicitadas segundo Baudelot (1971), a teoria dualista empenha-se em mostrar que a escola é dividida em duas grandes redes, que correspondem à divisão da sociedade capitalista em classes fundamentais sendo estas o proletariado e a burguesia. Os autores declaram que estas teorias visam dissipar “ilusões da unidade da escola” e formularam quais proposições para fundamentar seus pensamentos:

- a) Rede de escolarização secundária;
- b) Rede de escolarização primária;
- c) Não existe terceira rede;
- d) As duas redes são constituídas pelas relações que a definem, o aparelho escolar capitalista que é um aparelho ideológico do Estado de um Estado Capitalista.
- e) Este aparelho contribui por produzir as relações de produções capitalistas, que mantem uma definitiva divisão em classes, em favorecimento da classe dominante.



f) A divisão da sociedade em classes antagonistas explica não apenas a existência de duas redes, mas as define como mecanismos de seu funcionamento, seus efeitos e suas causas.

A escola cumpre duas funções básicas enquanto aparelho ideológico, ela contribui para a formação da força de trabalho e para imprimir a ideologia da burguesia. A escola contribui com elementos de um saber objetivo para disseminar a reprodução das relações de produção. A escola nada mais é do que um aparelho ideológico com aspecto dominante e acaba por comandar o funcionamento de seu aparelho em um conjunto como todo, ou seja, a função da escola é disseminar a ideologia burguesa. Este feito se dá de duas formas: primeiro a propagação explícita da ideologia burguesa e a segunda o disfarce e sujeição da ideologia proletária.

A especificidade dessa teoria admite a existência da teoria do proletariado, que tem origem fora da instituição escola e surge nas organizações das massas operárias. Entende-se que a escola está a serviço da burguesia como aparelho ideológico a fim de cumprir os seus interesses. O proletariado possui uma força de ideologia própria e na prática mantém uma luta por sua emancipação, nesse caso a escola tem por missão impedir que o proletariado avance em seus ideais. A burguesia se organiza como um aparelho seletivo separado do meio de produção. A escola muitas das vezes exerce apenas o papel de qualificar o trabalho intelectual e desqualificar o trabalho braçal, sujeitando a classe menos favorecida (proletariado) a se sujeitar a ideologia burguesa. Conclui-se que a escola possui um fator marginalizador relativo a cultura burguesa assim como e relação a cultura proletária

Para Baudelot (1971), compreende-se a escola dentro de um quadro de luta de classes, ela não se posiciona no palco deste conflito. Entende-se a escola como um aparelho de massa de manobra da burguesia, descartando a possibilidade da escola se constituir como uma meio de luta para as classes desfavorecidas. Ainda que o proletariado fosse capaz de formatar no seio da sociedade sua ideologia e difundir-la ainda sim tal modo não poderia contar com a ajuda da escola para difundir seus propósitos tornando assim a lutas da classe proletária inútil.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Essas teorias tiveram forte influência na América Latina ao longo dos anos 70, tais estudos evidenciaram o comprometimento da educação com os interesses dominantes e contribuíram para propagar entre os educadores um sentimento de desânimo, tornando ainda mais remota a possibilidade de uma articulação nos sistemas de ensino com o objetivo de superação da marginalidade.

Em relação a marginalidade temos o seguinte resultado: as teorias não-críticas pretenderam de forma ingênua resolver a marginalidade através da escola sem jamais possuir êxito, já as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão de seu suposto fracasso. De acordo com a concepção crítico-reprodutivistas o fracasso na verdade é o êxito da escola; o que se joga ser uma disfunção é a própria função da escola. A escola nada mais é que um instrumento de reprodução das relações da sociedade capitalista e as relações de produção ela apenas reproduz a dominação e a exploração entre as classes. Daí um caráter marginalizado e segregador de sua natureza seletiva. A impressão é que a escola passou de um poder ilusório para um poder de impotência, em ambos os casos é sacrificada a história com a ideia de que a harmonia pretende anular as reais contradições. A história é sacrificada em sua estrutura social onde as supostas contradições ficam aprisionadas.

Permanece em aberto o problema. E podemos elencar os seguintes termos: ao encarar a escola como uma realidade histórica ou suscetível a ser transformada intencionalmente pela ação humana, torna esta afirmação idealista e voluntarista. Nos atemos a concepção crítico-reprodutiva que é uma importante lição onde a escola é determinada socialmente e a sociedade que vivemos é fundada no marco capitalista e dividida em classes com interesses opostos, a escola vive a determinação do conflito e interesses que caracteriza a sociedade. A classe dominante não possui interesse na transformação histórica da escola, pois seu empenho se dá somente pela manutenção de seu domínio, para tanto acionar os mecanismos de adaptação evitam os modos de transformação. Será que é possível a escola articular os interesses dos dominados a marginalidade? Para Saviane (2010), a teoria acima intitulada se impõe a tarefa de perpassar o poder ilusório e a impotência, colocando na mão dos docentes a



responsabilidade de mudança com armas de luta que são capazes de permitir o devido exercício de um poder real, porém limitado

A conclusão é que a expressão “educação compensatória” coloca o problema em termos invertidos, isto é, como substantivo deveria ser o adjetivo. Para compensar as carências que caracterizam a situação de marginalização das crianças das camadas populares pobres é necessário considerar que há diferentes modalidades de compensação: compensação familiar, compensação sanitária, compensação alimentar, compensação afetiva, etc. Apenas a existência de deficiências especificamente educacionais, não caberia aqui o termo “educação compensatória” mas compensação educacional. Fica evidenciado a falta de autonomia teórica da “educação compensatória”, pois exige tratamento diferenciado no respeito as diferenças individuais e aos diferentes modos de aprendizagem e seria necessário a diversificação na abordagem metodológica e técnica, a fim de suprir as carências dos alunos, essas preocupações são próprias do tipo de teor a denominada “pedagogia nova”.

CONCLUSÃO

O presente artigo revelou os principais aspectos da democracia em referência ao papel do educado diante dos principais desafios da marginalização escolar que permeia todos os princípios da educação democrática, a escola como um todo decide e compartilha todos os problemas e progressos da instituição, e os alunos como autores dessa instituição aprendem todo o conteúdo previsto nos parâmetros que regem a educação no país, e principalmente os princípios democráticos e contribuindo para o acultramento de toda a sociedade.

As escolas podem ser consideradas inclusivas, ou seja, de qualidade para todos, percebendo que o fracasso de seus alunos, era culpa de um sistema ultrapassado e falido por isso resolveram tentar uma transformação, que elevou seus alunos tidos como “marginalizados” para o título de capacitados e emancipados. Mudaram toda a estrutura organizacional da escola tradicional, para uma versão completa e contemporânea de educação, onde alunos não são divididos ou educados por séries ou capacidades e todos devem através da interação social buscar conhecimentos tendo como base a solidária democracia.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Essas escola aprendem a valorizar a diversidade, abandonando o conceito homogeneidade e transformando o conceito de diferença, “uma escola para todos não desconhece os conteúdos acadêmicos, não menospreza tendo em vista o saber científico que por outro lado não há restrição a educar os alunos a dominar de forma progressiva. (Mantoan, 2003, p.9).

Dermeval Saviani (2010), entende que se faz necessário a construção de uma *teoria crítica da educação* e questiona o que seria possível para que uma escola que seja capaz de contribuir para a superação da marginalidade, levando em conta as lições que as teorias que foram analisadas pelo autor nos trazem uma visão para a construção de uma escola democrática que trabalhe o processo de marginalização através da inclusão e capacitação do indivíduo.

Uma escola diferente da tradicional que não visa o interesse da classe dominante, que rompe todos os princípios da escola tradicional e apresenta uma concepção nova de educação, uma educação com o princípio de que não é possível ensinar a todos de uma mesma forma, libertando-se das classes, dos manuais e testes de aprendizagem, onde o docente almeja que os alunos aprendam melhor, descubram-se como pessoas. As escolas democráticas conseguem realizar essa façanha de reinventar a educação

As aprendizagens significativas são valorizadas numa perspectiva interdisciplinar, estimulando a procura de solução de problemas, de forma a que o aluno trabalhe e pesquise conceitos, elaborando-os e aumentando sua autoconfiança em níveis elevados de autonomia. A autonomia nas escolas democráticas encontra sua expressão máxima, os alunos são incentivados e estimulados a exercê-la durante o processo ensino aprendizagem, pois elaboram seus currículos aprendem e conduzem o tempo de trabalho, vivem a autonomia e aprendem a ser autônomos.

As crianças são educadas através da autonomia, com liberdade que exige uma responsabilidade, aprendem através do lúdico distinguem entre liberdade e libertinagem, pois sua liberdade começa onde começa a liberdade do outro, exercer sua cidadania desde pequenas reconhecer o poder da verdadeira democracia.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

A autonomia é a capacidade de o sujeito em compreender as contradições de seu pensamento e comparar suas ideias as de outras pessoas, estabelecendo critérios de justiça e igualdade que, o levarão a se opor a ao abuso de autoridade e as tradições e contradições da sociedade para decidir entre o errado e o certo. A criança precisa conviver em um “ambiente cooperativo”, e democrático, que solicite trocas sociais saudáveis, que sejam respeitadas pelo adulto e que participa ativamente dos processos de tomada de decisões. É necessário um ambiente cooperativo, sem pressões do adulto ou reduzi-la o máximo possível, e encontrar no ambiente as condições que levam a cooperação e o respeito mútuo, as atividades em grupo, a ausência de sanções e punições e de recompensas e onde as crianças tenham a oportunidade constante de fazer suas escolhas, tomando decisões e expressar-se livremente.

O tema aqui proposto tem sua grande relevância para compreensão das necessidades de cada agente envolvidos no processo educativo que permeiam o pilares do direito a igualdade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA DE OLIVEIRA, Inês e TAL. **A democracia no cotidiano da escola**. Rio de Janeiro: DP&A:SEPE,1999.

CECIANA. **Educação democrática: um caminho para a autônima da infância**. Disponível em:

DE JESUS, E. A. A LEITURA COMO UM PODEROSO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO, RESSOCIALIZAÇÃO E REMISSÃO DA PENA DO DETENTO. **Revista OWL (OWL Journal) - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, [S. 1.], v. 1, n. 3, p. 10–24, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8395951. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/82>. Acesso em: 6 out. 2023.

GUERRA, A. de L. e R. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E ACADÊMICA. **Revista OWL (OWL Journal) - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, [S. 1.], v. 1, n. 2, p. 149–159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 6 out. 2023.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola Pública A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2001

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez 2010

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

Recebido em: 25/09/2023

Aprovado em: 28/09/2023

Publicado em: 05/10/2023